

Portugueses pelo Oriente

Portuguese through the Orient

António de Abreu Freire

CLEPUL, Universidade de Lisboa
abreufreire@gmail.com
ORCID: 0000-0003-2319-8665

RESUMO

São muitos os testemunhos da presença portuguesa pelo Oriente, que aparece hoje aos olhos dos estudiosos como um projeto desmedido de um povo pequeno e distante. Movido por uma utopia arrasadora, o povo português ultrapassou imprevistos e obstáculos que a natureza e os adversários armavam. Feita de coragem e de utopia, de conhecimento e de ambição, a expansão portuguesa pelo Oriente foi uma das maiores proezas civilizacionais da humanidade.

Façonha milagrosa num vastíssimo continente e num rosário de arquipélagos, a motivação era ideológica e o chamariz era a fortuna: pimenta de Samatra e de Malaca, cravo e canela da Índia, marfim de Ceilão, seda da China, noz-moscada das Molucas, sândalo de Timor... Os portugueses alcançaram a China, terra interdita; a 30 léguas de Cantão, Macau foi o último desafio, depois de Cipango, o Japão que Colombo não viu.

PALAVRAS-CHAVE

Expansão, utopia, comércio, intercâmbio, ciência, religião.

ABSTRACT

There are many testimonies of the presence of the Portuguese throughout the Orient. Today scholars regard this as a mammoth project for such a small and distant nation. Based on a tremendous vision of a promised land, the Portuguese overcame the unforeseen as well as all obstacles that nature and their adversaries had in store. Driven by a mixture of courage, a sense of utopia, knowledge and ambition, the Portuguese expansion to the Orient was one of the greatest civilizational feats of humanity.

This miraculous endeavour, in such a vast continent and in a rosary of archipelagos, was partly motivated by ideological principles, though the man lure was the opportunity for wealth: pepper from Samatra and Malacca, cloves and cinnamon from India, ivory from Ceylon, silk from China, nutmeg from the Moluccas, sandalwood from Timor. Finally, the Portuguese reached China, a forbidden land; Macau, situated just 30 leagues from Canton, appeared as the last challenge, after Cipango, the Japan which Columbus had never seen.

KEYWORDS

Expansion, utopia, commerce, interchange, science, religion.

Quando Deus revelou ao Profeta (Habacuc) e quando este ouviu da Sua boca o que havia de fazer nos tempos vindouros, diz que ficou cheio de temor e assombro. Porque não houve obra de Deus depois do princípio e criação do mundo que mais assombrasse e fizesse pasmar os homens, que o descobrimento do mesmo mundo, que tantos mil anos tinha estado incógnito e ignorado; nem que maior e mais justo temor deva causar, aos que bem ponderarem esta obra, que a consideração dos ocultos juízos de Deus, com que por tantos séculos permitiu que tão grande parte do mundo, tantas gentes e tantas almas vivessem nas trevas da infidelidade, sem lhes amanhecerem as luzes da Fé; tão breve noite para os corpos e tão comprida noite para as almas.

Mas não obraram todas estas proezas aqueles portugueses famosos por benefício só de seu valor, senão pela confiança e seguro de suas profecias. Sabiam que tinha Cristo prometido a seu primeiro rei que os escolhera para Argonautas Apostólicos do seu Evangelho, e para levarem seu nome e fundarem seu Império entre gentes remotas e não conhecidas, e esta fé os animava nos trabalhos; esta confiança os sustentava nos perigos; esta luz do futuro era o Norte que os guiava e esta esperança a âncora e a amarra firme que nas mais desfeitas tempestades os tinha seguros.

Padre António Vieira (1998).
História do Futuro, Caps. 300 e 79

Negócio, Poder e Utopia

Quando os chineses iniciaram um projeto de expansão marítima pelos oceanos Pacífico e Índico, no início do século XV, os reinos cristãos ibéricos imaginaram dilatar o espaço da sua influência por terras de África e pelo oceano Atlântico. O imperador Yongle foi o terceiro e o mais importante da dinastia Ming; reinou de 1402 a 1424 e mudou a capital do Sul (Nanjing) para o Norte (Beijing) onde fez construir o complexo residencial e administrativo hoje conhecido como *Cidade Proibida*. A partir de 1405, enviou o almirante Zheng He pelos oceanos ao encontro dos povos da Malásia, da Indonésia, da Índia e da Arábia, até às costas orientais da África, em sete grandes expedições militares e comerciais que se estenderam

até 1433, uma dezena de anos após a morte do imperador, já reinava Xuande, o quinto da dinastia. O almirante, como seus capitães e pilotos, eram muçulmanos, como também os grandes mercadores das costas banhadas pelo oceano Índico. Os descendentes do imperador, mais preocupados com a coesão e a pacificação do território chinês, abandonaram o projeto de expansão marítima e chegaram mesmo a proibir o trato comercial com outros povos. A China, país do meio do mundo, tinha tudo quanto ambicionava e não necessitava de nada, de ninguém.

Em 1415 os portugueses iniciavam, com D. João I, a primeira fase das incursões por terras de África, tomando conta de Ceuta, porto estratégico onde se abrigavam as frotas muçulmanas que controlavam o comércio marítimo do Mediterrâneo e de um bom pedaço do Atlântico. O rei ia acompanhado pelos filhos mais velhos, entre eles o infante D. Henrique, com vinte e um anos de idade e que viria a ser o impulsionador da grande empreitada das descobertas portuguesas, até à sua morte em 1460. Reinava em Castela e Leão outro rei de nome João (1406-1454), poeta e trovador, que deixaria para sua filha Isabel (a *Católica*) a responsabilidade de confiar a um temerário, conhecido pelo nome de Cristóvão Colombo, o projeto de alcançar os reinos orientais de Cipango (Japão) e de Cataio (China), dos quais os europeus tinham notícia através dos relatos de viajantes e mercadores de Veneza como Marco Polo (1254-1324) e Nicolau de Conti (1395-1469), assim como de missionários franciscanos que desde 1307 tinham missões na China.

Castela não alimentara até então outras ambições para além de garantir a unidade do território e de manter uma presença estratégica nas ilhas Canárias, reclamadas perante o papa pelo rei Afonso XI desde 1345, mas de fato exploradas por maiorquinos, vassallos da coroa aragonesa. Colombo morreu em 1506 com 55 anos, equivocado quanto ao tamanho das terras que lhe impediram os mercados da seda e das especiarias. Esbarrara por quatro vezes num enorme continente desconhecido – era o *Novo Mundo*, a América.

Quando os chineses abandonaram os projetos de expansão marítima, os portugueses pouco tinham avançado por terras africanas: sonhavam com a conquista de Tânger, projeto que resultou em desastre (1437) e comprometeu por muitos anos as ambições do infante D. Henrique. Os corsários do infante ultrapassaram o cabo Bojador, a sul das Canárias, em 1434 e regressaram pelo largo oceano, utilizando novas embarcações e novas tabelas de observação dos astros, que permitiam traçar uma rota segura. O sonho da Índia aumentara com a esperança de alcançar o reino fabuloso de um soberano cristão, chamado o Prestes João, que ajudaria os portugueses da nova cruzada a vencer os muçulmanos e a conquistar

a Terra Santa. Os grandes rios que desaguavam entre o cabo Bojador e a costa da Guiné pareciam dar acesso ao reino fabuloso, mas logo se desfez a ilusão e os descobridores tiveram mesmo de explorar cabos, golfos e enseadas até ao extremo Sul do continente africano para encontrar o oceano Índico, atravessá-lo e desembarcar na Índia. Passaram-se mais de oitenta anos entre os primeiros passos dados pelos portugueses em África e o encontro com os mercadores do Índico em Calicute, no mês de maio de 1498.

Os reinos de Castela e de Aragão uniram-se em 1469 com o casamento de Isabel I de Castela e Fernando II de Aragão e desde então a Espanha recuperou o tempo perdido na expansão marítima em relação ao reino de Portugal, cujas caravelas já tinham ultrapassado em África o golfo da Guiné e iniciava-se o processo de colonização, com o arrendamento de terras do litoral africano a colonos e a exploradores. O limite do continente africano foi alcançado pelos navegantes portugueses numa viagem exploratória de 1487/88, comandada por Bartolomeu Dias e o rei D. João II enviara ao mesmo tempo dois homens de confiança, exploradores, mercadores e diplomatas, em missão secreta até ao porto mais importante das terras da Índia e até ao reino tão desejado do tal Prestes João. Em 1490, Pêro da Covilhã chegou por terra ao porto de Calicute e Afonso de Paiva visitou a Etiópia. No regresso, os dois deveriam encontrar-se no Egito, mas Afonso de Paiva faleceu, vítima da peste e Pêro da Covilhã refez a viagem do companheiro até ao reino da Etiópia, donde nunca mais voltou. As preciosas informações sobre povos, comércio, estratégia militar e poder marítimo do espaço cobijado, chegaram à coroa portuguesa através de emissários de recurso: o tal reino cristão era de um povo pobre e herético, encurralado entre poderosos sultanatos islâmicos e os poderes da Índia estavam divididos em pequenos reinos de diferentes crenças e etnias, sobressaindo entre eles os muçulmanos que dominavam sem concorrência a navegação e o comércio, fazia mais de quinhentos anos.

Colombo já tinha efetuado duas viagens rumo a oeste para tentar alcançar a China e o Japão quando Vasco da Gama largou de Lisboa em julho de 1497, para a viagem por mar até Calicute. Foram “dois anos, um mês e um dia”, calculou o autor do *Esmeraldo*: dez meses de navegação até ao destino, três meses de tentativas para tratar de assuntos comerciais, mais doze meses para regressar ao reino, onde apenas chegaram dois dos quatro navios da frota e um terço dos cento e cinquenta homens que partiram. O valor das mercadorias não cobriu “tantas e tão grossas despesas”, mas a experiência adquirida e o conhecimento acumulado abriram caminho para um dos maiores feitos da história das civiliza-

ções. A euforia afetou as mentes mais esclarecidas do reino, que acreditaram nas utopias que vinham criando e alimentando desde o tempo da reconquista cristã da península: dominar o poder islâmico e conquistar a Terra Santa. Sete meses após a chegada de Gama, em março de 1500, largava Pedro Álvares de Gouveia (Cabral) ao comando de uma frota de treze navios, onze da coroa e dois de armadores particulares, com mil e quinhentos homens entre soldados, marinheiros e mercadores. Pelo caminho, a frota fez escala na costa do Brasil e o encontro com indígenas ficou assinalado como o início de uma nova era para o sul do continente que não tinha nome; desse encontro fugaz entre forasteiros e autóctones nasceu uma das maiores e promissoras nações do mundo.

Seis dos navios de Cabral alcançaram o destino, outros tantos se perderam. Sete regressaram ao reino, cinco deles carregados de mercadorias. A viagem durou apenas dezasseis meses, incluindo os quatro meses de atividade comercial, diplomática e militar pelo sudoeste da Índia. A rentabilidade da empreitada estava garantida. Sem perder tempo, Vasco da Gama repartiu logo em 1502 com vinte navios, armamento e soldados quanto bastasse para impor pela conquista o respeito e o domínio do comércio português nos portos mais frequentados de toda a costa indiana. No regresso da segunda viagem de Gama, eram treze as naus carregadas de mercadorias. Até ao fim do reinado de D. Manuel (dezembro de 1521), zarpariam com destino à Índia duzentas e trinta e sete naus.

Uma utopia mística e patriótica orientava a política dos reis da segunda dinastia: o reino de Portugal cumpria uma missão divina, a de fundar um império universal vencendo o poder muçulmano, libertando a Terra Santa e espalhando pelo mundo a mensagem cristã. Chegar à Índia foi apenas o primeiro passo de uma extraordinária façanha militar, comercial e cultural. Cinco anos depois da primeira viagem, havia na Índia um vice-rei, em menos de vinte anos os comerciantes portugueses negociavam com os povos da Malásia, com os insulares da Indonésia e dos arquipélagos do Oceano Pacífico, abordavam a China, sem descurar os negócios da Etiópia, da Arábia e da Pérsia. Os missionários acompanharam os navegantes e encontraram no destino antigas comunidades cristãs, junto das quais instauraram o catolicismo de obediência romana, aumentando rapidamente o número de aderentes. Nada seria possível sem um forte poderio militar que se concretizou com as conquistas estratégicas de Afonso de Albuquerque em Malaca, Goa e Ormuz. *O Terrível*, como ficou conhecido, faleceu exausto à entrada do porto de Goa em 1515, após consolidar a conquista e a reconstrução das muralhas de Ormuz. De quantas praças onde portugueses conseguiram

assentar arraiais, Ormuz era a cidade mais próxima da Terra Santa: a 2.800 kms de terra firme.

O primeiro centro administrativo das empreitadas portuguesas pelo Oriente foi a feitoria da cidade de Cochim, no Malabar, onde se instalou o primeiro vice-rei, D. Francisco de Almeida, em 1505; a partir de 1530, foi na cidade de Goa que se instalaram governadores e vice-reis. Situada numa ilha fértil e bem posicionada para servir de centro administrativo e entreposto comercial, a cidade ultrapassou os 200.000 habitantes e tornou-se a capital do sonhado *Império Português do Oriente*, onde se decidiam as estratégias da guerra, do comércio e da religião. O negócio oriental fez de Lisboa uma das maiores cidades da Europa: 100.000 habitantes em 1550, 250.000 no final do século. A Rua Nova dos Mercadores era o terreiro de uma real globalização, com gente de toda a Europa, da Ásia e da África, num ambiente de luxo e de euforia provocada pelo exotismo das mercadorias e a ânsia da fortuna.

A conquista da Terra Santa não aconteceu nem nunca foi tentada pelos portugueses. Mas o cristianismo romano e latino conheceu, graças ao empenho dos missionários portugueses, um período de grande divulgação pelo *Velho Mundo*. A primeira diocese do Oriente criada no quadro do *Padroado Português* foi a de Goa, em 1533; no final do século eram seis as dioceses, espalhadas pela Índia, Malásia, China e Japão. Surgiriam mais três no século seguinte. Através delas, expandiu-se a cultura latina ocidental e criou-se o maior intercâmbio cultural que até então jamais tinha acontecido na história da humanidade; levantaram-se igrejas que ainda hoje estão de pé, assim como misericórdias, hospitais e colégios. Graças à ação educativa dos missionários, a ciência e a tecnologia ocidentais chegaram até à corte do império chinês e até ao Japão. Desde 1556 que se imprimiam livros em Goa e Cochim, desde 1588 em Macau. Em Nagasáqui, no final do século, imprimiam-se livros em português, latim e japonês. Da Índia ao Japão, concediam-se graus académicos em artes, direito, teologia, medicina e cosmografia. A forte presença e influência da igreja católica fizeram com que a língua portuguesa e a cultura neolatina se infiltrassem nas principais culturas orientais, todas elas exibindo hoje nos seus vocabulários fonemas de origem portuguesa. Comunidades onde a presença católica foi mais duradoura ainda se exprimem no trato quotidiano em dialetos de origem portuguesa, que resistem aos séculos.

A expansão da cultura neolatina pelo Oriente

A Europa dominou o mundo a partir do século XVI com o conhecimento, a tecnologia, a civilização e a cultura, no momento da grande expansão marítima e comercial iniciada pelos países ibéricos e continuada por holandeses, ingleses e franceses; Portugal contribuiu com uma fatia considerável de esforço para a expansão dos valores ocidentais, deixando bem marcada a sua presença tanto no *Novo Mundo* recém-encontrado como no Oriente, velho mundo e berço ancestral de grandes civilizações. A matemática e a geometria, a ciência astronómica, a tecnologia da instrumentação náutica, a cartografia e as artes da construção naval resultaram de contribuições inovadoras de diferentes povos europeus: judeus e muçulmanos ibéricos foram os grandes pioneiros da álgebra e da geometria, alemães e holandeses especializaram-se no fabrico de instrumentos náuticos e na artilharia das frotas, cosmógrafos e cartógrafos ibéricos e italianos foram pioneiros na arte de mapear, enfim armadores e especuladores financeiros exigiram dos estaleiros de construção naval embarcações seguras e eficientes para um comércio sem fronteiras que criou a primeira globalização. Na Ribeira das Naus, nos estaleiros de Antuérpia e de Amesterdão, logo também em Cochim, Damão e Malaca, os carpinteiros navais construíram, nas primeiras décadas do século XVI, as mais sofisticadas embarcações que os armadores lançaram pelos oceanos. A expansão marítima que criou a primeira globalização resultou do intercâmbio de conhecimentos oriundos de vários cenários culturais e da partilha de inovações tecnológicas. Matemática, astrofísica, cartografia, carpintaria e armamento conjugaram-se. Mas a motivação profunda do reino de Portugal para tanto empenho era de ordem ideológica.

As coroas ibéricas assumiram os custos da descoberta e da expansão, aliando à ambição do sucesso comercial o desejo de conter o domínio muçulmano e de difundir a fé cristã. Conquistar a Terra Santa, que figurava no centro das representações medievais dos mapas do mundo, fazia parte dos objetivos imperiais e messiânicos dos reis da dinastia de Avis, servindo os interesses da igreja de Roma, assumidos como destino da nação. Desta forma, o poder religioso e as ambições da nobreza encontraram, nos alvares da modernidade, um espaço comum de intervenção. Duarte Pacheco Pereira terá sido o primeiro capitão dos oceanos Atlântico e Índico a definir claramente a amplidão deste enorme e visionário projeto expansionista no capítulo 3º do IV livro do *Esmeraldo de Situ Orbis*, roteiro marítimo de Lisboa ao rio do Infante e tratado de cosmografia, escrito entre 1505

e 1508. O rei D. Manuel enviava para os mares orientais frotas poderosíssimas, “matando, destruindo e queimando os Mouros do Cairo, e da Arábia e de Meca, e outros moradores na mesma Índia, e sua frota, que o trato da pedraria preciosa, perlas e especiaria, com sua navegação, per longa antiguidade de oitocentos anos e mais, possuíam. (...) Mandou lá fundar cinco fortalezas, com suas sagradas casas de oração. (...) Deus Todo Poderoso, por singular privilégio, o escolheu entre todos os outros príncipes cristãos para naquelas partes acrescentar sua católica fé por seu serviço”. O povo português reclama desde então, marcando a sua diferença face aos outros povos, um passado de grande coragem e iniciativa na expansão da civilização cristã pelo Oriente. A coroa de Espanha optou por outros roteiros e as duas nações ibéricas competiram entre elas pelo sucesso de uma cruzada que mentes exaltadas consideravam profética. A partir de então o centro do mundo, esparramado nas cartas náuticas, passou a ser a península Ibérica. Uma família de mestiços, Pedro e Jorge Reinel, foi pioneira na arte de mapear.

A primeira façanha notável de um soberano cristão fora da Europa, quando ainda existia em terras ibéricas o Emirado Nasrida de Granada, foi a conquista fácil de Ceuta em 1415 por D. João I de Portugal. Nunca foi uma conquista rentável, mas tornou-se um ponto estratégico de informações sobre os movimentos das caravanas que percorriam os desertos africanos até à Guiné e a um fabuloso *reino do Preste João*. Em tempos de crise de chefia da igreja católica, com o papado disperso por Roma, Pisa e Avignon, o rei português optara por apoiar o papa de Roma, Martinho V, confirmado no concílio de Constança em 1417. Recompensando o apoio português, o papa criou nesse mesmo ano a diocese de Ceuta, passados menos de dois anos após a conquista; foi a primeira diocese de obediência romana fora do território europeu, à qual se juntariam, com vida mais efémera, as de Tânger (1468) e de Safim (1487), até à criação da diocese do Funchal em 1515, quando o esforço militar e comercial da expansão portuguesa se estendia já por toda a costa atlântica e índica de África, pela América do Sul (Brasil) e pelo oriente até Malaca e às ilhas do Pacífico ocidental. Foi significativa a presidência do bispo de Ceuta de então, D. Diogo Ortiz, na cerimónia religiosa que precedeu (a 8 de março de 1500) a largada do Tejo das naus de Pedro Álvares de Gouveia (Cabral)! As comunidades cristãs do norte de África eram muito reduzidas, do tamanho de pequenas paróquias, minoritárias e frágeis num ambiente totalmente hostil, mas foi quanto bastasse para que a cultura neolatina pós-islâmica penetrasse através do ensino sistemático do catecismo e da moral cristã,

da organização das paróquias e da atuação do clero, do estatuto da família, da língua, das regras comerciais, do direito e da administração territorial.

As coroas de Portugal e Espanha guardaram fidelidade à igreja de Roma, mesmo nos tempos conflituosos da afirmação do poder da realeza e no rebuliço dos movimentos cristãos reformadores; por isso os papas recompensaram os *fidelíssimos* reis ibéricos, concedendo-lhes privilégios exclusivos: um desses privilégios, o mais conhecido e badalado, foi o reconhecimento da posse do mundo por descobrir e conquistar, dividindo esses espaços disponíveis pelas duas coroas. O outro foi a instituição do *Padroado Real*, que concedia aos soberanos o direito de criar instituições religiosas, nomear os bispos e administrar os bens da igreja pelos territórios descobertos e conquistados. O *Padroado* (em Espanha *Patronato Real*) é anterior aos primeiros esboços do tratado de Tordesilhas, anterior mesmo ao tratado de paz de Alcáçovas (assinado em 1479 no Paço dos Henriques, em Viana do Alentejo) quando os soberanos ibéricos, D. Afonso V por Portugal e os reis Católicos Fernando e Isabel por Espanha, pondo termo a questões sucessórias e convencidos enfim da impossibilidade de controlar o comércio das Índias por via terrestre, se entenderam e fixaram os limites das respetivas áreas de intervenção pelo oceano Atlântico; a primeira versão do *Padroado* português data de 1456, quando o papa Calisto III (o espanhol Afonso Borja), pela bula *Etsi Cuncti*, ratificou as decisões dos seus predecessores Nicolau V (bula *Romanus Pontifex* de 1455) e Eugénio IV (bula *Rex Regum* de 1436) que regulamentavam a atividade comercial e religiosa por terras de África. O *Padroado* data pois do tempo do infante D. Henrique quando os seus navegantes, dobrado o Bojador, alcançado o Rio do Ouro e Cabo Verde, chegavam com novas embarcações, as caravelas, à Serra Leoa e ao golfo da Guiné, procurando mais ouro e trocando cavalos por escravos. As tragédias que abalavam o reino não desviavam o infante dos seus ambiciosos objetivos comerciais e ideológicos. A tecnologia da navegação, desde a construção naval à dos instrumentos náuticos, deu passos de gigante.

Por esse tempo, até ao início do século XVI, ainda pensavam os eruditos, apoiados no conhecido mapa-mundi de Fra Mauro (1459) encomendado por D. Afonso V e entusiasmados pelos relatos de Luís (Alvise) Cadamosto, que os grandes rios que desaguavam no Atlântico, como o Senegal, o Gâmbia e o Níger, comunicavam com o Nilo e permitiam o acesso ao coração do mundo islâmico, um território considerado então como parte da *Índia*; por esses rios doentios, infestados de cobras e lagartos monstruosos (*Esmeraldo*, livro I, cap. 27) entraria a nova *cruzada* dos cristãos latinos, ao encontro do fabuloso *reino do Preste João*,

situado algures pelas *Etiópias*. Toda a África abaixo do Sahara e parte da Ásia de então, incluindo a Pérsia e a Índia, entravam na denominação genérica de *Etiópiá*, onde se encontrariam, isoladas, antiquíssimas comunidades cristãs.

O tratado de Tordesilhas (junho de 1494), fixando a fronteira ocidental dos domínios a 370 léguas a oeste de Cabo Verde, foi ratificado pelo papa Alexandre VI. Depois de vários acertos, o meridiano de demarcação oriental seria retificado pela última vez em Saragoça em 1529, reinavam Carlos I (Carlos V do Sacro Império) e D. João III. O documento original, posterior à primeira viagem de Colombo, projetara os dois países ibéricos para a aventura comercial e militar da expansão, apesar do pouco respeito que mereceu por parte dos demais soberanos europeus: o rei de França (Françóis I, reinou de 1515 a 1547) escarnecia perguntando pela cláusula do testamento de Adão que justificaria tão arbitrária partilha do mundo. Quatro anos após o acordo, os portugueses abordaram energicamente o território indiano, alcançando a partir daí o Oriente mais distante; a empreitada militar e comercial deu rápidos resultados e o rei D. Manuel manifestou o seu reconhecimento e empenho na causa da cruzada através de duas vistosas embaixadas, para agradecer o apoio institucional da igreja de Roma: a primeira, recebida pelo papa Júlio II em 1506, foi conduzida pelo arcebispo de Braga D. Diogo de Sousa; a segunda, comandada por Tristão da Cunha, era ainda mais impressionante, riquíssima em pedras preciosas e presentes exóticos (cavalos persas, leopardos, panteras adestradas e um elefante), foi recebida com entusiasmo pelo papa Leão X em Março de 1514. Em junho desse ano o papa criava a nova diocese no Funchal, da qual ficaram a depender todos os religiosos espalhados pelos três continentes até então alcançados pela expansão colonial (a primeira diocese do *Novo Mundo* espanhol foi a de Santo Domingo, criada em 1504). Os reis ibéricos faziam chegar regularmente à capital da cristandade embaixadas onde figuravam autóctones do *Novo Mundo* e das nações orientais, para exibirem os novos aderentes à doutrina cristã e fazerem publicidade da ação apostólica que promoviam e orientavam. O espetáculo exótico destinava-se a provocar euforia e curiosidade pelas terras e gentes até então desconhecidas, enquanto os primeiros bispos da nova diocese do Funchal nem sequer lá residiram durante quarenta anos.

No Oriente, Afonso de Albuquerque lançava, por sua conta e risco, a partir de 1510, as bases de um império político e comercial, propondo ao rei uma nova estratégica colonial, que os conselheiros do paço não aprovavam; partilhando as ideias imperialistas e messiânicas do rei D. Manuel, Albuquerque visava a conquista de Meca e até a exumação do corpo do Profeta para o transladar de Medina para

Lisboa como represália. Morreu em dezembro de 1515 desacreditado, exausto e humilhado, vítima de intrigas cortesãs e de concorrentes com ambições mais voltadas para a ganância do que para a cruzada. Nem tudo eram sucessos para o rei Venturoso que em agosto desse mesmo ano, pretendendo consolidar a presença portuguesa em África, perdeu mais de metade da armada, soldados e colonos, cerca de quatro mil homens enviados para ocupar e construir uma fortaleza em Mamora (na foz do rio Cebu, hoje Mehdia) e ocupar Anafé (hoje Casablanca). Lopo Soares de Albergaria, que acompanhara Duarte Pacheco Pereira na expedição à Índia em 1504/5 e seria o terceiro governador da Índia, sucedendo a Albuquerque, foi um dos que escaparam ao massacre.

Da diocese do Funchal desmembraram-se novas dioceses em 1533: Açores, Cabo Verde, São Tomé e a primeira diocese portuguesa do Oriente, Goa. Já tinham sido criadas, entretanto, vinte e duas dioceses na América espanhola. Em 1551, o papa Júlio III criava a primeira diocese portuguesa no Brasil, São Salvador da Bahia e ratificava mais uma vez o *Padroado* a pedido de D. João III, agregando-o à Ordem de Cristo, instituição criada por D. Dinis e aprovada pelo papa João XXII em 1319. A Ordem de Cristo foi então agregada em definitivo à coroa portuguesa.

A governação do domínio oriental passara progressivamente de Cochim para Goa. Pelo poder de fogo das armadas e graças a uma temerária ousadia comercial, os portugueses assentaram arraiais desde Sofala, na costa de Moçambique, até à China e ao Japão, incluindo uma fatia considerável dos arquipélagos do Oceano Pacífico. A conquista de Meca e o controle do Mar Vermelho, inviáveis, deixaram de ser prioridades, mas a alternativa fixada por Albuquerque concretizava-se. Os religiosos acompanharam os militares e os comerciantes desde o início, primeiro os franciscanos e os carmelitas, logo os agostinhos, jesuítas e oratorianos, entusiasmados pelo exemplo do cofundador da Companhia de Jesus, Francisco de Xavier, chegado a Goa com mais dois companheiros, missionários de outras ordens religiosas, na comitiva do governador Martim Afonso de Sousa, em maio de 1542; o missionário passaria para a história do cristianismo como o *Apóstolo do Oriente*, tendo percorrido todo o espaço de Goa até ao Japão em viagens exploratórias que permitiram desenhar uma estratégia missionária eficiente e duradoura. Numa primeira viagem, em 1534, Martim Afonso de Sousa levava como médico pessoal um filho de cristãos-novos já famoso no reino, chamado Garcia da Orta, que se instalou como médico em Goa, onde conviveu com Luís de Camões e onde viria a falecer em 1568. Devemos-lhe uma grande obra científica publicada em Goa

em 1563, *Colóquio dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia* – o primeiro olhar crítico de um médico ocidental sobre as tradições curativas do Oriente.

A chegada dos portugueses ao oceano Índico proporcionou, desde os primeiros encontros, um intercâmbio sustentado de conhecimentos. Ultrapassado o impacto inicial da desconfiança e a demonstração de força necessária para garantir a abertura e o controlo do trato comercial, com excessos de violência e de brutalidade, o que foi facilitado pela superioridade bélica das frotas portuguesas e pela manta de retalhos dos frágeis poderes instituídos ao longo das costas da Índia, os forasteiros de imediato se interessaram por outras experiências, procurando antigas comunidades cristãs isoladas e gente erudita com quem partilhar conhecimentos. Logo no regresso da primeira viagem à Índia, entre a meia centena de navegantes que desembarcaram em Lisboa sãos e salvos, vinha um piloto e comerciante muçulmano, culto e viajado, originário de Tunes, chamado Monçaide, que usava com maestria um instrumento mais eficaz do que o astrolábio para calcular as latitudes, a balestilha. Vinha também Gaspar da Gama (ou das Índias), um judeu askhenazi de origem polaca que serviria de intérprete na viagem de Cabral e nas seguintes, prestando inestimáveis serviços aos pioneiros da aventura oriental. Na viagem de Cabral os pilotos testaram a eficácia de outro instrumento de medida de alturas trazido por Vasco da Gama, o *kamal*, com as respetivas *tabelas dos mouros* ou *tabuletas da Índia*. Os navegantes dos mares orientais já contavam com o apoio de cartógrafos e de pilotos experientes, conheciam com rigor os regimes das correntes e dos ventos e as rotas comerciais que cruzavam o Índico e o Pacífico ao ritmo das monções. Mercadores muçulmanos e judeus, de origem ibérica e norte africana, já frequentavam há mais de cinco séculos as terras do Oriente agora abordadas pelos novos forasteiros. Eles constituíam os principais obstáculos às pretensões comerciais dos portugueses, mas eram também os mais indicados para partilhar com os recém-chegados a experiência acumulada. Os muçulmanos foram os primeiros a receber amigavelmente os homens de Gama. Os poucos cristãos encontrados por lá, eram vestígios arcaicos de antigas missões, pertenciam às classes mais pobres, tanto em Melinde e Socotorá como em Cranganor, Coulão e Meliapor. A Terra Santa estava longe, inacessível, mas a ideologia imperial e messiânica guiava a partir de Lisboa os destinos de todas as empreitadas.

De Ceuta ao Japão

O reconhecimento e a exploração da costa ocidental africana, de Ceuta ao Cabo, custaram setenta e três anos de esforços; a presença dominadora de Portugal no Índico e no Pacífico impôs-se em menos de trinta. Sete anos depois da primeira abordagem, uma armada de vinte e oito navios transportava um vice-rei, que montou corte em Cochim. O domínio português durou pouco mais de um século, se bem que as consequências deste ousado e temerário empreendimento se estenderam por mais de três séculos. Foi o resultado de uma estratégia deliberadamente construída a partir de objetivos previamente definidos: o primeiro desses objetivos era o cerco ao domínio comercial dos muçulmanos e a destruição do Islão que, após a queda de Constantinopla em 1453, confinava a Europa num espaço comercial demasiado restrito. As bulas dos papas Nicolau V e de Calisto III foram emitidas logo nos anos seguintes à queda de Constantinopla (1453) e, por todo o espaço que os portugueses dominavam ao longo da costa africana, o inimigo, o concorrente e o parceiro comercial, era sempre o mesmo muçulmano.

O segundo objetivo consistia em criar um novo espaço político e comercial na Europa, baseado na hegemonia dos soberanos fiéis a Roma, para o que era necessário garantir-lhes o acesso privilegiado às fontes de riqueza disponíveis, objetivo alcançado graças à combinação das áreas do saber e da experiência: a cosmografia e o contorno do continente africano. Ambas exigiam conhecimentos teóricos e aplicações técnicas. As bases teóricas estavam nos tratados de astronomia que o poder de Roma olhava com suspeição, pois contrariavam os textos da Bíblia; a igreja condenava as novas teorias científicas sobre a forma, o tamanho e os movimentos da terra, mas permitia que os princípios fossem aplicados na prática para garantir o sucesso das navegações longínquas.

Outra foi a história da fantástica e rápida expansão do comércio português a partir da Índia: logo surgiu a ambição de alcançar mercados mais distantes, os da Malásia, da China e do Japão, de terras até então conhecidas como Cataio e Cipango. Os portugueses não tardaram a desembarcar em Ceilão, a ilha mais cobiçada do Oriente (a Taprobana dos antigos). Em 1509 Diogo Lopes de Siqueira desembarcou na ilha de Samatra e criou os primeiros contatos comerciais que duraram noventa anos, até 1599. Avançando pelo arquipélago de Sonda, os navegantes chegaram a Timor em 1512, garantindo o negócio das madeiras exóticas que os chineses já dominavam havia séculos através de Malaca, em especial o do sândalo, madeira de decoração, estatuária e perfumaria. Pelos mesmos anos os

portugueses abordaram a China nas proximidades de Macau, alcançaram a Austrália e visitaram outras ilhas do Pacífico. Em 1520 ergueram fortaleza de pedra e cal na ilha de Solor, uma das mais a leste no arquipélago de Sonda.

O destino escolhido para a primeira abordagem à Índia foi o porto de Calicute; a primeira sede administrativa dos negócios orientais dos portugueses foi na cidade de Cochim, onde se instalou o primeiro vice-rei D. Francisco de Almeida em 1505. A capital do espaço português no Oriente, (a denominada *Índia Portuguesa* que incluía os territórios que se estendiam de Moçambique ao Japão) instalou-se a partir de 1530 na cidade de Goa, ponto de encontro de civilizações (hindu, muçulmana e cristã), onde se decidiam no século XVI as estratégias do comércio, da guerra e da religião; terá chegado aos duzentos mil habitantes, era então a maior cidade da Índia, uma capital comercial, cultural e religiosa à medida do sonho de Albuquerque. O Hospital Real, por ele fundado, foi a primeira instituição de assistência social no Oriente e o colégio de Santa Fé, edificado a partir de 1541 por padres seculares e depois confiado aos jesuítas, foi o primeiro grande foco da cultura ocidental e latina. Mas a cidade tão rapidamente cresceu como definhou e no século XVII já era apenas uma sombra do tempo da grandeza: má qualidade e corrupção dos administradores, intolerância religiosa (a Inquisição chegou em 1560), imigração tolerada de criminosos e degredados, falta de planeamento urbano, epidemias e ocupações reduziram rapidamente a *Goa Dourada*, a *Roma do Oriente*, a uma decadente cidade de província, recheada de ruínas. Em 1655, num célebre sermão de sexta-feira santa pregado na igreja da Misericórdia de Lisboa, o padre António Vieira denunciava: “Encomendou el-rei D. João, o Terceiro, a S. Francisco Xavier o informasse do estado da Índia por via de seu companheiro, que era mestre do príncipe (o padre jesuíta Luís Gonçalves da Câmara, mestre de D. João Manuel, e mais tarde do seu filho D. Sebastião): e o que o santo escreveu de lá, sem nomear ofícios nem pessoas, foi que o verbo “rapio” na Índia se conjugava por todos os modos”. (*Sermão do Bom Ladrão*). À data da morte de D. João III (1557), um século antes daquele sermão do grande pregador, a coroa estava falida e a conquista da Terra Santa já não constava dos planos militares. O califa otomano Solimão o Magnífico faleceu em 1566 deixando o império muçulmano consolidado, no auge do sucesso. Ele tinha mandado reconstruir a cidade santa de Jerusalém como ela era no tempo de Herodes, a grande empreitada ideológica da sua vida. Os muçulmanos tinham-se instalado em Jerusalém para ficar, para desespero dos cristãos.

O Oriente não seduzia pelo espaço a colonizar, mas pelo comércio. A proposta colonizadora de Albuquerque não vingou, nem o reino dispunha de capital humano para tal empreendimento. Os comerciantes portugueses alcançaram o Japão (Marco Polo não o visitou, mas teve notícias e divulgou-o com o nome de Cipango) ao longo do ano de 1543 e os pioneiros terão sido Fernão Mendes Pinto acompanhado por Cristóvão Borralho e Diogo Zeimoto que desembarcaram, em risco de naufrágio e sem autorização nem conhecimento do governador Martim Afonso de Sousa, numa das ilhas do arquipélago de Osumi, a de Tanegashima. A introdução da arma de fogo (o bacamarte) foi a primeira grande novidade técnica vinda do ocidente que modificou por completo a arte e o sucesso militar num país então fragilizado, sem poder central, governado por *dáimios* e *samurais*, senhores da guerra ao jeito do feudalismo europeu medieval. Comemora-se anualmente na ilha, com o *Festival da Espingarda*, esse primeiro encontro com os portugueses. A partir de 1547 os mercadores japoneses encontravam-se em Malaca com os portugueses e no ano seguinte frequentavam Goa levando com eles, de regresso ao Japão, as primeiras novidades sobre o modo de vida dos forasteiros latinos. Os jesuítas fixaram-se na cidade de Kagoshima no mesmo ano em que os seus companheiros chegaram ao Brasil, em 1549. O comércio com os *nanban jin*, os *bárbaros do sul*, desenvolveu-se muito rapidamente a partir do momento em que os portugueses foram autorizados a se instalarem em Macau (1557), que se tornou um porto estratégico para o comércio japonês, por largos anos monopólio dos portugueses. Em 1581 um cartógrafo português, talvez o jesuíta Inácio Moreira, desenhava a primeira carta geográfica do Japão. O jesuíta Luís Fróis (1532-1597), nascido em Lisboa e chegado ao Japão em 1562, escreveu a primeira *História do Japão* (1595). Porém, a presença dos europeus em terras tão distantes e no meio de culturas tão diferentes sempre foi precária e recheada de imprevistos.

A construção do império

A fixação dos portugueses em algumas partes do continente asiático foi difícil: os espaços então sob controlo do Grão-Mogol indiano (atual Paquistão, Índia continental e Bangladeche) assim como a China, resistiram à presença dos novos forasteiros apesar das tentativas que se repetiram e falharam por mais de quarenta anos. O imperador mogol só permitiu o comércio com os portugueses a partir de 1537 e a criação de feitorias permanentes em Bengala a partir de 1577; em 1580 o imperador Akbar, tolerante e afável, pediu para se encontrar

pessoalmente com os padres jesuítas do padroado português (de Goa) na nova e monumental cidade de Fathepur Sikri (entretanto abandonada e atualmente património da humanidade), nas proximidades da atual cidade de Agra, a norte da Índia. Porém, nada de relevante terá resultado deste encontro para a expansão das ideias ocidentais e latinas pelo interior do continente asiático.

Passaram-se muitos anos até se conseguir um acordo duradouro com as autoridades da China. O navegador Jorge Álvares foi pioneiro: partiu de Malaca em 1513 às ordens do capitão-mor Jorge de Albuquerque, deixou um padrão clandestino (em Tamão, hoje Lingding, no estuário do rio das Pérolas) sem mais consequências; Tomé Pires, naturalista e boticário real enviado como embaixador por Lopo Soares de Albergaria, não teve sucesso e foi preso logo no início da missão em 1516 (faleceu em território chinês em 1527). O florentino Giovanni da Empoli (1483-1518), que fez três viagens ao Oriente nas naus portuguesas e se encarregou de divulgar em Itália os feitos de Albuquerque e as conquistas dos portugueses, faleceu em Cantão aos 33 anos, vítima da cólera sem obter sucessos relevantes. A China desconfiava das intenções dos *bárbaros ocidentais* que somente com subornos conseguiam fixar-se esporadicamente em pequenos portos. Francisco Xavier faleceu em 1552 na ilha de Sanchoão, a caminho de Cantão, exausto após mais uma tentativa frustrada, acompanhado pelo embaixador Diogo Pereira. O primeiro acordo com os chineses aconteceu em 1554, graças ao esforço de um capitão-mor chamado Leonel de Sousa e finalmente em 1557 foi assinado um tratado que garantia uma espécie de arrendamento de espaço no delta do rio das Pérolas, nas proximidades de Cantão (Guangzhou), reinava Jiajing, 12º imperador da dinastia Ming. Logo um arrojado dominicano, frei Gaspar da Cruz, vindo de Goa e Malaca, se dedicou à divulgação do cristianismo (deixou-nos um texto delicioso, o *Tratado das Coisas da China*, escrito em 1569, depois de regressar a Portugal). Não tardaram a chegar os franciscanos, que deixaram por todo o extremo oriente marcas duradouras da passagem deles. Frei Paulo da Trindade (1570-1651) e frei Jacinto de Deus (1612-1681), franciscanos naturais de Macau, escreveram obras importantes sobre a história do cristianismo no oriente (*Conquista Espiritual do Oriente* e *Descrição do Império da China*). Os jesuítas chegaram em 1563 e a cidade, que contava então 5.000 residentes dos quais 600 eram portugueses (ou 900, segundo o padre Francisco de Sousa), foi elevada a sede de um bispado em 1575. O primeiro hospital público, o Hospital dos Pobres, uma leprosaria e a Santa Casa da Misericórdia foram iniciativas dos jesuítas a partir de 1569. O colégio de São Paulo, fundado pelos franciscanos e

sob a alçada dos jesuítas a partir de 1594, tornou-se rapidamente uma instituição de ensino superior donde irradiou a cultura ocidental e latina por terras do império chinês. Durante os 168 anos de atividade do colégio (até à expulsão pelo marquês de Pombal em 1762), lá se formaram 665 padres e irmãos jesuítas. Em 1600 os portugueses criaram um entreposto comercial na ilha de Taiwan, a que chamaram Formosa, perdido para os espanhóis em 1642, que logo o deixaram aos holandeses, expulsos pelos chineses em 1661. Macau foi um caso único de sucesso político, cultural e comercial; no primeiro quartel do século XVII o pequeno território possuía a mais sofisticada fundição de canhões de todo o oriente, superior às de Cochim e de Goa, a de Manuel Tavares Bocarro – que hoje enriquece o espólio de museus militares do mundo inteiro.

Ainda no reinado de D. Manuel, já as despesas com as campanhas orientais atingiam custos insuportáveis para a coroa, mas mantinha-se a convicção de que as fontes eram inesgotáveis e tudo se remediaria com os carregamentos cada vez maiores de especiarias, pedras preciosas, ouro, marfim, perfumes, pérolas, âmbar, almíscar, tecidos de seda... no reinado de D. João III aconteceu o colapso e a falência, antes mesmo dos portugueses serem autorizados a assentar arraiais na China. Espíritos mais ponderados alertavam para o desperdício de gente produtiva e despovoamento do reino, criticavam o abandono da agricultura e das artes tradicionais, o luxo e a ostentação dos privilegiados. O próprio Camões traduziria nas palavras do velho do Restelo os relâmpagos de lucidez que ainda iluminavam um reino à deriva, em rota de colisão com o seu próprio destino.

A cruzada e a ganância

O projeto estratégico do infante D. Henrique, assumido por toda a dinastia de Avis, consistia em combater o Islão e restaurar a soberania cristã e latina sobre a Terra Santa. D. Afonso V mandou cunhar moeda, o *cruzado de ouro fino*, valendo 325 reis, para pagar a cruzada contra os turcos muçulmanos lançada pelo papa Pio II (*Esmeraldo*, livro II, prólogo). O papa faleceu em agosto de 1464, antes da cruzada se iniciar e o projeto foi abandonado. O inconstante D. Manuel e o visionário Albuquerque foram as personagens que mais claramente insistiram em retomar esta ideia de cruzada e torná-la uma realidade. O mundo islâmico era demasiado grande e poderoso para ser desafiado pelos portugueses, mas uma estratégia inteligente e ambiciosa poderia enfraquecer uma parte desse mundo para derrubar a hegemonia do sultão mameluco do Cairo, já afetada

pelos emergentes rivais turco e persa, e permitir recuperar os lugares sagrados. Albuquerque enviou embaixadores ao jovem e promissor Xá Ismail I da Pérsia, um soberano xiita, propondo alianças contra sultões sunitas, para enfraquecer o poder islâmico da região. Como nos tempos de Ourique, algum milagre deveria recompensar a ousadia temerária dos portugueses que se propunham realizar os desígnios do próprio Cristo. Do mesmo modo que por detrás da divisa do infante (*Talant de Bien Faire – A vocação ou a freima de fazer o que é justo*) figuravam (na *Crónica da Guiné*) as pirâmides do Egito como objetivo a alcançar, o título do rei português D. Manuel anunciava já o império: *pela Graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além-mar em África, senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia*. O rei assumia-se como o soberano que realizaria na terra um plano divino e por isso mereceria toda a honra e glória: *a Deus no Céu e a ele na Terra (Deo in Celo Tibi autem in Mundo)*, era a sua divisa. D. Manuel ambicionava ser o imperador do mundo, um *César Manuel*, como lhe chamou Duarte Pacheco Pereira e Albuquerque era o homem certo para as façanhas impossíveis. Desastres militares como os de Mamora e Anafé eram apenas algumas pedras no meio do caminho. O Brasil não constava então nos desígnios deste império – e não mereceria mais do que duas rimas no enredo d'*Os Lusíadas*. Foi preciso esperar pela versão do Vº Império do padre António Vieira.

Enquanto Albuquerque tentava controlar o Mar Vermelho e consolidava pelas armas a presença portuguesa no Oriente, o boticário e comerciante bem-sucedido Tomé Pires escrevia um roteiro das costas orientais, do Mar Vermelho à China (Cantão), a *Suma Oriental* (Soma Horientall). Baseado em informações recolhidas pelo autor, o texto é um verdadeiro compêndio geográfico, antropológico e comercial do mundo oriental, onde o sucesso rápido dos portugueses gerava um ambiente de euforia. Após tão oportuno documento sobre a importância do comércio oriental, o autor foi destacado como embaixador na terra interdita, onde foi preso e veio a falecer antes de qualquer resultado. A ambição e a ganância eram tão grandes que os governadores e capitães-mores, incapazes de conter as iniciativas temerárias dos seus subalternos, optavam por apoiar e participar clandestinamente em aventuras de corso e de pilhagem, fortemente proibidas e reprimidas pelos regulamentos da coroa. Os cronistas das *Décadas* e o próprio Camões nas *Sátiras* proibidas e nos sonetos tinham alertado para tão lamentável desvio ao espírito de cruzada (“Babilónia, donde mana matéria a

quanto mal o mundo cria...labirinto de cobiça e de vileza...escuro caos de confusão" - Lírica, II, 300).

A utopia e a estratégia militar de Afonso de Albuquerque, que geriu os interesses portugueses no Oriente com a energia e o poder de um príncipe maquiavélico (Maquiavel teve conhecimento da ação de Albuquerque através das cartas de Giovanni da Empoli, entre os anos de 1512 e 1517, quando escrevia *O Príncipe*), inspiraram ambições e arrojadas iniciativas comerciais durante mais de um século. Quando os holandeses e os ingleses, no primeiro quartel de seiscentos, com as suas companhias de comércio das Índias Orientais, se apoderaram dos espaços portugueses, o império dos portugueses já não estava em condições de competir. A perda de Ormuz às mãos dos ingleses e dos holandeses em fevereiro de 1626 marcou o fim do domínio português no Índico e o da hegemonia marítima nos demais oceanos. A *Felicíssima Armada* já nem fazia parte da galeria das recordações do neto de Filipe II de Portugal. Passados poucos anos, restavam sobras de somenos importância. A coroa francesa nunca investiu em projetos de descoberta, deixando tais iniciativas aos armadores particulares, mas em 1664 o poderoso e inovador ministro do rei francês Louis XIV, Jean-Baptiste Colbert, decidiu imitar os holandeses e os ingleses criando também uma Companhia das Índias Orientais, para tomar conta, com relativo sucesso, das poucas fatias apetitosas que ainda sobravam.

Passaram de meia centena as possessões, fortalezas e feitorias dispersas pela península Arábica, Índia, Malásia, China e Japão, onde Portugal exercia plena soberania, por vezes sem ostensiva presença militar (mencionadas no *Livro das Plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*, de António Bocarro, enviado ao rei Filipe III em 1635). Oliveira Martins precisa (1994, p. 62): "Em certos pontos, como no Malabar e em Malaca, onde a política de Albuquerque levava à constituição de cidades portuguesas, havia propriamente Governo e Estado: uma colônia, no sentido comum da palavra. Mas tais exemplos eram exceções; a regra era a existência de uma fortaleza dominando uma cidade indígena, cobrando as páreas dos sultões da terra, e abrigando os navios que aí iam comerciar". Era um poder frágil e vulnerável, sem futuro garantido, concebido para ser apenas um meio provisório para alcançar um fim, mas fazia parte de um plano tão grandioso que implicava o próprio Cristo e a concretização de profecias. A causa era divina, a guerra era santa, mas os meios eram escassos.

O catolicismo, através do qual se divulgou por mais tempo e mais intensamente a cultura ocidental e neolatina, não entrou no Oriente com os portuque-

ses: tanto os primeiros franciscanos que acompanharam as viagens de Gama e de Cabral, como Xavier e os jesuítas nas ousadas investidas pela China meio século depois, já lá encontraram cristãos de longa data e tradição. Tinha havido um *Patriarcado do Oriente* na China, no século XIV (1307-1375), resultado do pioneirismo missionário de franciscanos italianos. Porém, a partir da intervenção dos missionários portugueses, através do *Padroado da Ordem de Cristo*, nunca mais deixou de haver continuidade na presença cristã por todo o Oriente. Logo em 1510 havia um bispo, titular de Laodiceia, o dominicano D. Duarte Nunes, nomeado para administrar o espaço do cabo da Boa Esperança até à Índia oriental, que se instalou em Goa em 1520. Quando o poder político se desmoronou, os valores culturais sobreviveram e a igreja católica continuou a sua expansão sem o suporte comercial e militar que de início a protegeu.

O recinto do Vaticano exibia o sucesso da ação missionária, no tempo do último papa renascentista, Alexandre VII (Fabio Chigi, toscano de Siena, pontificou de 1655 a 1667), com a inauguração da monumental colunata de Bernini a simbolizar o poder da igreja dominando e protegendo o mundo. As nove dioceses católicas orientais do *Padroado Português* estendiam-se no século XVII até à China e ao Japão e na África oriental tinha as dioceses da Etiópia (1555) e de Moçambique (1612).

Os missionários foram autênticos bandeirantes desafiando todos os perigos ao encontro dos povos mais distantes, longe da proteção dos demais intervenientes: eles alcançaram civilizações tão isoladas como as do Tibete, do Nepal e do Butão. No primeiro quartel do século XVII, o jesuíta António de Andrade, chegado a Goa em 1600, foi o primeiro europeu a atravessar as neves perpétuas do Himalaia e a fundar uma missão no Tibete em 1626. O padre Estêvão Cacella alcançou o reino do Butão e lá fundou missão no ano seguinte. Outros, como o jesuíta João de Brito (1647-1693), canonizado em 1947, empreenderam ações missionárias e sociais junto dos mais pobres e segregados da Índia, em Madurai, longe de qualquer proteção militar. O padre oratoriano José Vaz, um brâmane natural de Goa (1651-1711), dedicou vinte e três anos de apostolado à comunidade de Ceilão durante o período do domínio holandês; beatificado em 1995, foi canonizado pelo papa Francisco em janeiro de 2015. A igreja tinha canonizado em 1862 o franciscano Gonçalo Garcia, natural de Baçaim, filho de pai português e mãe indiana, um dos vinte e seis cristãos martirizados em Nagasaki em 1597 juntamente com o jesuíta Paulo Miki, filho de um samurai.

A persistência da religião cristã permitiu a continuidade da influência linguística e cultural nas suas formas mais duradouras. Pelos anos de 1750, o imperador Quianlong (quarto da dinastia Quing, reinou de 1736 a 1795) visitava missões do padroado português e recebia com especial entusiasmo uma embaixada do rei D. João V. Os jesuítas marcavam presença na capital e na corte do imperador chinês; mesmo se os padres eram então, pela maioria, recrutados em França pela *Sociedade para as Missões Estrangeiras*, eles operavam na China dentro do quadro do *Padroado Português*. Até ao final do século XVIII, o português era ainda a principal língua comercial por todo o Oriente. Há uma dezena de anos ainda se publicava em Ceilão um jornal em crioulo de português, mantido por uma igreja cristã. São doze os crioulos indo-portugueses identificados e cinco os crioulos malaio-portugueses, a maioria deles quase extinta, línguas de comunidades pobres e marginais. O *papiá kristáng*, um dialeto de origem portuguesa com mistura de fonemas malaios e chineses, ainda é falado por mais de cinco mil cidadãos em Malaca e Singapura e por mais alguns milhares dispersos por várias comunidades migrantes na Austrália e em Inglaterra. Um crioulo similar ainda subsiste como língua única dos seus utilizadores em Chaul, o *kristí*, dialeto da comunidade cristã de Korlai utilizado por um milhão de pessoas a sul de Bombaim, onde a presença portuguesa durou até 1740. Os últimos redutos do domínio português até ao século XX, os espaços do antigo *Estado Português da Índia*, mais os de Macau e de Timor, contribuíram grandemente para a continuidade da língua, mesmo que residual. Cerca de metade da população do atual estado de Goa (que é de um milhão e quinhentos mil habitantes) continua sendo católica e a língua portuguesa, apesar de muito minoritária em relação às línguas concani e marata e mesmo ao inglês, ainda é falada por centenas de famílias. Um jornal diário, *O Heraldo*, foi publicado em português até 1983. Como exemplos da permanência e prestígio do padroado português pelo Oriente, basta recordar que até 1847 os bispos da diocese chinesa de Pequim eram portugueses, até 1868 os bispos da diocese de Malaca e Singapura eram portugueses, como os bispos de Meliapor e de Cochim até 1951. O primeiro bispo do Brasil, D. Pedro Sardinha, fora antes vigário-geral na Índia, D. frei Aleixo de Meneses (1559-1617) foi arcebispo de Goa e governador da Índia antes de ser arcebispo de Braga, o primeiro bispo do Maranhão, D. Gregório dos Anjos (1679-1689), o bispo do Pará D. frei Miguel de Bulhões (1749-1759), foram antes bispos de Malaca. D. António Barroso, bispo do Porto (1854-1918), um prelado que teve relevante intervenção nos primeiros tempos da República, tinha sido bispo de São Tomé de Meliapor. A igreja de

São José em Singapura, construída na primeira década do século XX, ostenta na decoração o escudo português. A língua portuguesa é atualmente um dos três idiomas da República da Maurícia, um arquipélago de um milhão e trezentas mil almas, situado a leste de Madagáscar, encontrado pelos portugueses em 1505.

Em Goa Velha, estão de pé e abertas ao público a sé catedral, as igrejas do Rosário, do Bom Jesus e de São Francisco, todas erguidas no século XVI. Em Macau subsistem as igrejas de São Lázaro, de Santo António e de São Lourenço, originalmente da mesma época. As ruínas da igreja do colégio de São Paulo são património da humanidade. Por muitos outros espaços do que foi o sonhado *Império Português do Oriente* resistem ao tempo vestígios eloquentes do que foi a obra do *Padroado Português*, em especial a da atuação dos padres da Companhia de Jesus. Eles não foram os primeiros missionários portugueses no Oriente, mas foram os mais ousados e destemidos na propagação do cristianismo, seguindo o exemplo de São Francisco Xavier. O padre Francisco de Sousa, um jesuíta nascido na Bahia (1649-1712), viveu 47 anos no Oriente e escreveu a história da grande bandeira dos jesuítas, desde a chegada dos pioneiros até 1585: *Oriente Conquistado a Jesus Cristo pelos padres da Companhia de Jesus da Província de Goa*. Franciscanos, dominicanos e oratorianos seguiram de perto as investidas ousadas e muitas vezes temerárias dos missionários da Companhia de Jesus, estes especialmente treinados, pela formação quase militar nos colégios espalhados por todo o espaço da expansão comercial, para o ensino, a conversão e a caridade.

A empreitada missionária

Um dos personagens mais relevantes na difusão da cultura ocidental e latina na China foi o jesuíta italiano Matteo Ricci (1552-1610), cientista, matemático e cartógrafo, o primeiro europeu a criar um intercâmbio científico e cultural com o Oriente ao mais alto nível, entre os intelectuais e junto da corte imperial chinesa. Ricci chegou a Portugal em 1577, aos vinte e cinco anos, para aperfeiçoar os conhecimentos de português na universidade de Coimbra. Partiu para Goa em 1578, integrado nas missões jesuíticas do padroado português e foi ensinar latim e grego no colégio de Cochim, enquanto estudava teologia, para vir a ser ordenado sacerdote em 1580. Em 1582 foi enviado para Macau (a diocese tinha sido fundada em 1575, desmembrada da de Malaca), a fim de aprender a língua e a cultura chinesas, enquanto ensinava matemática no colégio. No ano seguinte, juntamente com outro jesuíta italiano, o padre Miguel Ruggieri, fundava a primeira

missão na China, em Zhaoqing, dependente do colégio dos jesuítas de Macau. O colégio Madre de Deus, fundado pelos franciscanos, viria a ser, a partir de 1594, com o nome de colégio de São Paulo e já sob a tutela dos jesuítas, uma instituição de altíssima qualidade: aí se ensinava filosofia, teologia, matemática, geografia, astronomia, latim, português, música e artes, uma verdadeira instituição de ensino superior. O padre Ruggieri, companheiro de Ricci, também foi professor de matemática no mesmo colégio durante quatro anos; ele foi co-autor do primeiro dicionário português-chinês e do primeiro catecismo editado em língua chinesa.

Os missionários jesuítas adotaram os hábitos e os costumes do país, a indumentária dos altos funcionários, sábios e letrados, entusiasmaram-se pela cultura chinesa, estudaram-na e divulgaram-na. Os franciscanos, os primeiros missionários católicos do Oriente, assim como são Francisco Xavier, tentaram de início a abordagem catequética através de uma imagem de simplicidade e de pobreza, o que não teve sucesso na China nem no Japão; rapidamente entenderam que a nova doutrina ocidental teria que se impor como uma ideologia de homens cultos e bem-sucedidos, respeitados e generosos, capazes de seduzir o povo pelo sucesso pessoal e pela autoridade que exibiam. Em 1589 Matteo Ricci introduziu o calendário gregoriano na China (promulgado pelo papa Gregório XIII em 1582 e adotado pela maioria dos países católicos) e em 1594 traduziu para latim os quatro livros do *Cânone do Confucionismo*, permitindo pela primeira vez o acesso dos ocidentais à filosofia de Confúcio (551-479 ac).

Nesse mesmo ano de 1594 o jesuíta decide deslocar-se até Pequim, para junto do poder central, mas fica-se por Nanchang, onde intensifica os contatos com intelectuais chineses e escreve em 1595, em chinês, o *Tratado sobre a Amizade*, para dar a conhecer aos chineses as bases da sabedoria ocidental, livro que teve um enorme sucesso entre os intelectuais chineses. No ano seguinte escreve o *Método de Aprender de Cor*, um tratado sobre a memória e um método para aprender a memorizar a tradição oral; publica também um novo catecismo bastante elaborado intitulado *Verdadeira Noção de Deus*. Finalmente chega a Nankim em 1598, já nomeado superior dos jesuítas na China e em 1600 instala-se em Pequim, sendo recebido na Cidade Interdita no ano seguinte. O encontro era vital para a permanência da Companhia de Jesus na China e os missionários que acompanhavam Ricci ofereceram quantidade impressionante de presentes ao imperador Wanli (14º da dinastia Ming), qual deles o mais maravilhoso e original, mas o que mais impressionou o soberano foi um *mapa-mundi*, desenhado pelo próprio Ricci, que mostrava pela primeira vez a China *no meio* das outras nações

do planeta. Os chineses sempre consideraram o seu país como *o centro do mundo* e o presente, vindo de um estrangeiro, entusiasmou o imperador. Entre os presentes constavam também dois relógios de pêndulo. Os eruditos chineses ficaram impressionados com a magia de um prisma de vidro que decompunha a luz nas cores do arco-íris – um dos grandes sucessos da pedagogia dos jesuítas. Os padres foram autorizados a construir uma residência própria, a abrir colégios e a divulgar a cultura cristã, e até beneficiaram da generosidade imperial. Em 1605 Matteo Ricci estabeleceu contatos com a comunidade judaica local e iniciou a tradução para chinês dos *Elementos* de Euclides, permitindo assim aos chineses o acesso ao método da lógica dedutiva, à álgebra e à geometria ocidentais. Traduziu para chinês as principais orações do ritual católico e os princípios da moral cristã, auxiliado pelos padres portugueses que, em proveniência de Macau e de Goa, reforçaram a presença católica na capital do império chinês. Em 1607 tentou socorrer o confrade Bento de Góis, que terminava uma das maiores aventuras de que há memória: o caminho por terra de Goa a Pequim, qualquer coisa como cinco mil quilómetros. Exausto e doente, o jesuíta açoriano (nasceu em Vila Franca do Campo) não resistiria ao esforço e aos percalços da caminhada e morreu aos quarenta e cinco anos sem alcançar o destino, na cidade de Suzhou, a meio caminho entre Macau e Pequim. Nos últimos anos de vida, entre 1608-1610, Ricci redigiu a sua obra mais famosa, compêndio de referência para todos quantos pretendiam alcançar e conhecer a China: *A Entrada da Companhia de Jesus e do Cristianismo na China*. Faleceu aos cinquenta e sete anos e o imperador Wanli autorizou que fosse sepultado em solo chinês, privilégio raro, já que os estrangeiros falecidos na China tinham de ser enterrados fora do território (eram transladados para Macau). A comunidade cristã por ele formada cresceu entre as elites intelectuais, ultrapassando os dois mil e quinhentos batismos. Ele é considerado pelos chineses *um dos mais notáveis e brilhantes homens da história, o mestre do grande Ocidente*. No Museu da História da China, em Pequim, um dos maiores e mais notáveis do mundo, só dois ocidentais mereceram figurar entre os grandes construtores do império: Marco Polo e Matteo Ricci.

O padre João Rodrigues, natural de Sernancelhe (1560-1633), embarcou para o Oriente muito jovem, pelos catorze anos e lá ingressou na Companhia de Jesus; fez os estudos de filosofia e teologia no colégio jesuíta de Nagasaki, foi ordenado padre em Macau e tornou-se um dos maiores conhecedores ocidentais da língua japonesa. Ele compôs o primeiro dicionário japonês-português (1603) e escreveu a primeira gramática da língua japonesa (1604). Para além de escrever uma his-

tória do cristianismo no Japão, que não é apenas uma história de religião, mas uma verdadeira enciclopédia da cultura nipônica, o padre foi também comerciante, diplomata, político e intérprete junto dos estrangeiros que demandavam o país do sol nascente. A carreira promissora do padre terminou em 1610, no momento de um incidente infeliz com a nau do trato *Nossa Senhora da Graça*, também conhecida como *Madre de Deus*, destruída pelos japoneses na baía de Nagasaki, depois de um incidente mal resolvido em Macau. Em retaliação pela morte de soldados e marinheiros japoneses, a maioria dos padres foi expulsa do Japão (em 1614), o colégio encerrou, o comércio declinou e os últimos mercadores portugueses abandonaram Nagasaki em 1639. A história da vida do jesuíta João Rodrigues inspirou o romance *Shogun* de James Clavell, que deu origem à série televisiva e ao filme com o mesmo nome em 1980. O escritor japonês Shusaku Endo escreveu em 1966 uma obra de ficção baseada na história trágica dos últimos padres jesuítas no momento das perseguições, que o realizador Martin Scorsese pôs em filme no ano de 2016, *O Silêncio*.

Pelos anos de 1670 o padre Gabriel de Magalhães, natural de Pedrógão Grande, ensinava astronomia na corte do imperador Kangshi (o 2º da dinastia Qing, reinou de 1661 a 1722), que visitou pessoalmente a casa dos jesuítas em Pequim em 1675, resolvidos alguns conflitos que, entretanto, tinham surgido entre missionários de diferentes ordens religiosas por causa dos rituais e com as autoridades por causa de privilégios concedidos. Por esses anos, já a presença dos padres portugueses era minoritária na China; na *Relação* escrita pelo jesuíta francês François de Rougemont, sobre a ação dos padres nos anos de 1659 a 1666, apenas cinco em vinte e cinco padres são portugueses, entre eles o padre Gonçalves, que completou o trabalho iniciado pelo francês até ao ano de 1669. A partir de então, os padres da *Sociedade para as Missões Estrangeiras* (criada em Paris em 1658) substituíram gradualmente os padres portugueses nas missões da China e do extremo Oriente.

Outro jesuíta que desempenhou um papel preponderante na China foi o padre Tomás Pereira (1645-1708), natural de Famalicão, que chegou a Goa com o vice-rei D. João Nunes da Cunha em 1666, ainda noviço, aos vinte e um anos, onde completou os estudos seguindo depois para Macau em 1672. Músico, astrónomo, matemático e diplomata, frequentava desde 1680 a corte do imperador Kangxi (o terceiro da dinastia Qing) e fez parte da delegação chinesa que assinou em 1689 o primeiro tratado de paz com uma nação europeia, a Rússia de Pedro I o Grande, soberano que unificou, modernizou e abriu o seu país à influência oci-

dental. Matemático e astrónomo, o jesuíta introduziu também na China a música erudita europeia, construiu o primeiro órgão de tubos e montou o primeiro carrilhão numa igreja chinesa. Apesar de ter desempenhado a sua ação já numa fase decadente do poder económico e cultural português no Oriente, o seu contributo para o intercâmbio cultural com a China foi brilhante, no tempo do reinado do mais extraordinário imperador de toda a história chinesa. Os jesuítas foram os maiores intervenientes no intercâmbio científico e cultural entre o Ocidente e a China, sobretudo nas áreas da matemática, da geografia e da astrofísica.

Eles mantiveram uma presença quase constante junto da corte imperial chinesa até 1806, quando faleceu em Pequim o padre, matemático e cirurgião José Bernardo de Almeida (natural de Penela, nascido em 1728), reinava o imperador Jiaging, o 5º da dinastia Qing. A expulsão decretada pelo marquês de Pombal em 1759 e a extinção da ordem pelo papa Clemente XIV em 1773, não perturbou os padres jesuítas que se encontravam na China, cerca de uma dúzia, instalados na capital e em outras localidades.

Franciscanos como frei Paulo da Trindade e frei Jacinto de Deus, nascidos em Macau, foram notáveis testemunhos e divulgadores da ação missionária dos portugueses pelo Oriente, em especial os das diferentes custódias da ordem a que pertenciam, pioneira na evangelização, já que desde as primeiras viagens à Índia foram os frades menores quem asseguraram o apoio religioso às frotas e aos primeiros núcleos de emigrantes. O choque cultural com as tradições orientais exigiu coragem e inovação, provocando graves desentendimentos entre missionários das diversas obediências religiosas por causa dos rituais, o que originou intervenções intempestivas do governo central da igreja romana e levou por várias vezes à interdição temporária da prática cristã pelas autoridades. No entanto, apesar de todas as dificuldades, a difusão da civilização ocidental e latina pelo Oriente foi prodigiosa: em meados do século XVII tinham sido publicadas nas tipografias de Goa, Cochim, Macau e Nagasáki mais de duas centenas de livros sobre ciência e religião e meia centena de grandes obras clássicas ocidentais. As ordens religiosas cresceram graças ao recrutamento de noviços autóctones que contribuíram para o sucesso missionário do *Padroado*.

O cristianismo continuou na China graças à ação dos missionários da *Sociedade para as Missões Estrangeiras*, até que em 1834 as dioceses chinesas foram desvinculadas do *Padroado Português*, restando somente Macau, donde tinha irradiado o cristianismo para todo o território chinês e da qual dependia também a igreja de Timor até à criação da primeira diocese em Dili (1940), por insistência

das autoridades portuguesas no ano da grande exposição do mundo português e da comemoração dos oitocentos anos da nacionalidade. A diocese de Macau, que mantém uma universidade (Universidade de São José) em parceria com a Universidade Católica Portuguesa, depende agora da Santa Sé e conta cerca de vinte e nove mil fiéis espalhados por nove paróquias e missões. A China conta cerca de um milhão e meio de católicos, um número muito reduzido dada a dimensão demográfica do país. Existem duas arquidioceses (Pequim e Nanquim) e duas dioceses (Hong Kong e Macau). No Japão contam-se atualmente cerca de meio milhão de católicos numa população de cento e vinte e cinco milhões e meio de habitantes. O país tem três arquidioceses (Tóquio, Osaka e Nagasaki) e catorze dioceses, algumas com menos de cinco mil aderentes. A restauração e a continuidade desta presença católica pelo Oriente até aos nossos dias é indissociável da ação pioneira dos missionários portugueses e do *Padroado* ultramarino. A primeira diocese chinesa do tempo da expansão foi a de Macau, criada em 1575 e a primeira diocese japonesa foi a de Funai, criada em 1588 (extinta em 1625 e restaurada como arquidiocese de Tóquio em 1891). Tudo começou com aquela viagem louca de Francisco Xavier em 1549.

A presença portuguesa no Oriente passou-se ao ritmo de um tremendo frenesim, entre sacrifícios e apoteoses, sempre em guerra contra alguém, enfrentando sultões, rajás, mandarins, dáimios e samurais, reformulando a cada oportunidade novas estratégias diplomáticas e comerciais, com milhares de navios costeiros, fustas e paraus, juncos e pangaios correndo as costas e com centenas de naus de alto bordo pelas grandes rotas do Atlântico, do Índico e do Pacífico, de Lisboa ao Japão, dando nova vida a meia centena de cidades, feitorias e entrepostos distantes uns dos outros que se conquistavam e se perdiam por vezes ao ritmo das monções. Os mais ousados reinóis lá encontraram o espaço ideal para exibir valor e satisfazer ambições, motivados por ideais sublimes ou por desejos viscerais. Outros menos felizes perderam-se sem deixar rastros, vítimas de doenças, caídos ao mar, ausentados das chamadas. Teve mulheres que embarcaram sem imaginar que paririam a bordo, foram infinitamente mais as que enviuvaram em terra. Alguns prelados, intelectuais e eruditos do reino chegaram a denunciar que na aventura oriental era maior o risco que o proveito. Tivessem ou não razão, não tiveram sucesso. Quantas criaturas foram e voltaram? Quantas por lá ficaram? Ninguém jamais calculou quantas morreram nas longas idas e voltas de 24.000 milhas, nem quantas a guerra, a morte e a saudade mataram. Desafiando naufrágios, guerras e massacres, os missionários ressuscitaram antigas comunidades

cristãs e criaram novas missões que perduram até aos nossos dias. Pelas rotas dos peregrinos perderam-se nobres e plebeus, famosos e anónimos, vítimas da violência, dos furacões, dos corsários, das doenças e das suas próprias ambições, embarcados de livre vontade ou à força, cada um gerindo o seu próprio destino, por entre ambições e desejos, de Lisboa ao Cabo, a Angediva, Malaca e Nagasáki. Quantos deles sequer algum dia imaginaram que do sacrifício das suas vidas resultaria talvez a concretização do império universal prometido ao primeiro rei de Portugal e assumido pela coroa como projeto de um povo inteiro, o do reino de Cristo quase consumado? Camões prestou-lhes devidas honras elegíacas no poema que completou durante os dezassete anos que viveu pelo Oriente, entre serviços prestados, desacatos e prisões. Poetas e profetas da plebe, uns iluminados e outros cegos, encarregaram-se de manter viva entre o povo a ideia da volta de um rei encoberto, apregoando o seu regresso de uma ilha afortunada numa serena manhã de névoa.

Camões queria espalhar por toda a parte nos versos d'*Os Lusíadas*, editados em 1572, "as memórias gloriosas daqueles reis que foram dilatando a Fé, o Império, e as terras viciosas de África e de Ásia andaram devastando. E aqueles que por obras valerosas se vão da lei da morte libertando" (*Os Lusíadas*, Canto I, 2). Enquanto completava o poema épico e numerosas peças de outras *Rimas* que seriam editadas após a sua morte, peregrinou e serviu pelo Oriente durante dezassete anos (1553/69), chegando a ser Provedor-Mor dos Defuntos e Ausentes, em Macau. Por vezes também, a malandragem levou-o ao desterro e à prisão: "em prisões baixas fui um tempo atado, vergonhoso castigo de meus erros" (*Lírica*, II, 183), quando os ditos erros, a má fortuna e os amores "em minha perdição se conjuraram" (*Lírica*, II, 188). Aconteceu o mesmo ao Império Português do Oriente, quando se conjuraram os erros, a má fortuna e a intolerância. Quando a lucidez se impôs, o poeta cedeu a palavra ao velho do Restelo.

Referências bibliográficas

- Albuquerque, A. (1942). *Cartas para El-Rei D. Manuel I*. Lisboa: Sá da Costa.
- Albuquerque, L. (Dir.) (1994). *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses* (2 vols). Lisboa: Caminho.
- Albuquerque, L. (Dir.) (1989). *Portugal no Mundo* (6 vols.). Lisboa: Alfa.
- Almeida, F. (1968). *História da Igreja em Portugal* (2 vols.). Lisboa: Civilização.
- Álvares, F. (1989) (ed.facsimile). *Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Índias*. Lisboa: INCM.

- Aubin, J. (1996/2000). *Le Latin et l'Astrolabe* (2 vols.). Paris: Gulbenkian.
- Barros, J. (1973/75). *Ásia. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente* (Décadas da Ásia). Lisboa: Livraria S. Carlos.
- Bocarro, A. (1992). *Livro das Plantas de todas as fortalezas cidades e povoações do Estado da Índia Oriental* (3 vols.). Lisboa: INCM.
- Bouchon, G. (2000). *Afonso de Albuquerque* (2.ª ed.). *O leão dos mares da Ásia*. Lisboa: Quetzal.
- Boxer, Ch. R. (1982). *A Índia Portuguesa em meados do século XVII*. Lisboa: Ed. 70.
- Boxer, Ch. R. (1989). *A Igreja e a Expansão Ibérica*. Lisboa: Ed.70.
- Camões, L. (1994) *Lírica Completa* (3 vols.). Lisboa: INCM.
- Camões, L. (2000) *Os Lusíadas* (4.ª ed.). Lisboa: Instituto Camões.
- Castanheda, F. L. (1979) *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* (2 vols.). Porto: Ed. M. Lopes de Almeida.
- Castro, D. J. (1969-1982) *Obras Completas de D. João de Castro* (4 vols.). Coimbra: Academia Internacional da Cultura Portuguesa.
- Cooper, M. (1994). *Rodrigues, o Intérprete. Um Jesuíta no Japão e na China*. Lisboa: Quetzal.
- Correia, G. (1975) *Lendas da Índia* (4 vols.). Porto: Ed. M. Lopes de Almeida.
- Correia, A. C. G. S. (1948-1958). *História da Colonização Portuguesa na Índia* (6 vols.). Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Cortesão, A. (1978). *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Cortesão, A. & Teixeira da Mota, A. (1960). *Portugaliae Monumenta Cartographica* (5 vols.). Lisboa: INCM.
- Cortesão, J. (1993). *História da expansão portuguesa*. Lisboa: INCM.
- Costa, J. P. O. (2011). *D. Manuel I*. Lisboa: Temas e Debates.
- Costa Pinto, R. M. (2002). *A Costa Oriental Africana (1640-1668)*. Lisboa: Ed. Estar.
- Couto, D. (1973/1975). *Ásia. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente* (Décadas da Ásia). Lisboa: Livraria S. Carlos.
- Couto, D. (1980). *O Soldado Prático* (3.ª ed.). Lisboa: Sá da Costa.
- Crowley, R. (2016). *Conquistadores. Como Portugal Criou o Primeiro Império Global*. Lisboa: Presença.
- Freire, A. A. (2015). *Momentos do Intercâmbio Comercial e Cultural com o Oriente*. Lisboa: Instituto Internacional de Macau.
- Freire, A. A. (2017). *Os Jesuítas e a Divulgação Científica nos séculos XVI e XVII*. [PDF]. Retirado de <http://hdl.handle.net>.
- Garcia, J. M. (2017). *O Terrível – A Grande Biografia se Afonso de Albuquerque*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Gaspar da Cruz, Fr. (2010). *Tratado das Coisas da China*. Lisboa: Cotovia.
- História Trágico-Marítima* (1942). Comp. de Bernardo Gomes de Brito (3 vols.). Barcelos: Editora do Minho.

- Ping, J. G. & Zhiliang, W. (2007). *Revisitar os Primórdios de Macau: Para uma Nova Abordagem da História*. Macau/Lisboa: Instituto Português do Oriente / Fundação Oriente.
- Levi, J. A. (1998). *O Dicionário Português-Chinês de Matteo Ricci s.j. (1552-1610). Uma abordagem histórico-linguística*. New Orleans: University Press of the South.
- Loureiro, R. M. (2000). *Fidalgos, Missionários e Mandarins. Portugal e a China no Século XVI*. Lisboa: Fundação Oriente.
- Loureiro, R. M. (1996). *O Manuscrito de Lisboa da "Suma Oriental" de Tomé Pires*. Lisboa: Instituto Português do Oriente.
- Martins do Vale, A. M. (1997). *Os Portugueses em Macau (1750-1800). Degredados, ignorantes e ambiciosos ou fiéis vassallos de El-Rei?* Macau: Instituto Português do Oriente.
- Matoso, José (Org.) (2010). *Património de Origem Portuguesa no Mundo (vol. III – Ásia, Oceânia)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mendes Pinto, F. (1998). *Peregrinação*. Lisboa: INCM.
- Oliveira Martins, J. P. (1994). *Portugal nos Mares*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Peixoto de Araújo, H. (2000). *Os Jesuítas no Império da China – O Primeiro Século (1582-1680)*. Macau: Instituto Português do Oriente.
- Pereira, D. P. (1991). *Esmeraldo de Situ Orbis*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Queiroz sj, F. (1916). *Conquista temporal e espiritual de Ceilão*. Colombo: Ed. P. E. Pieris.
- Resende, A. (2009). *As Antiguidades da Lusitânia (2.ª ed.)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ribeiro, J. (1989). *Fatalidade Histórica da Ilha de Ceilão*. Lisboa: Ed. Alfa.
- Ricci, M. (2015). *Tratado da Amizade*. Famalicão: Seminário de Estudos Galegos.
- Ruggieri, M. & Ricci, M. (2001). *Dicionário Português-Chinês*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Silva Rego, A. (1947/1958). *Documentação para a história das missões do Padroado Português do Oriente (Índia) (12 vols.)*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Silva Rego, A. (1940). *O Padroado Português do Oriente. Esboço Histórico*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Sousa, P.º F. (1978). *Oriente Conquistado a Jesus Cristo pelos padres da Companhia de Jesus da Província de Goa*. Porto: Lello & Irmão.
- Spence, J. D. (1986). *O Palácio da Memória de Matteo Ricci*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.
- Subrahmayam, S. (1995). *O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma História Política e Económica*. Lisboa: Difel.
- Teixeira, P.º M. (1982). *Macau no século XVII*. Macau: Dir. dos Serviços de Educação e Cultura.
- Trindade, Fr. P. (1962). *Conquista Espiritual do Oriente*. Lisboa: Centro de Estudos Ultramarinos.
- Vernhagen, F. A. (1857). *História Geral do Brasil (2 vols.)*. Rio de Janeiro: E. & H. Leemmert.
- Velho, Á. (1990). *Relação da Viagem de Vasco da Gama*. Lisboa: Ed. do Ministério da Educação.
- Vieira, P.º A. (2013/2014). *Obra Completa (30 vols.)*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Vieira, P.º A. (1998). *História do Futuro (ed. facsimile)*. Belém do Pará: SECULT.